



## A APLICAÇÃO DA GESTÃO DOCUMENTAL EM ACERVOS PERMANENTES: ORGANIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA PARAÍBA

*Gerlane Farias Alves*  
*Universidade Estadual da Paraíba*  
*g-lane@hotmail.com*

### RESUMO

Através de seus setores de caridade, a Santa Casa de Misericórdia da Paraíba promoveu a maior parte da assistência hospitalar, funerária e religiosa aos moradores do Estado, desde o início da fundação da província. Sua história está impressa nos documentos pertencentes ao seu arquivo existente no centro da capital paraibana e composto por documentos textuais manuscritos e impressos, mapas e por fotografias e imagens, guardando assim informações importantes sobre sua atuação na província durante os séculos XIX e XX. Neste ambiente, desde 2014, se encontra em andamento o Projeto *Arquivo da Santa Casa de Misericórdia: organização e preservação*, coordenado pelos professores da UEPB Nereida Martins (doutoranda) e Josemar Henrique (doutor) com o auxílio de estagiários do projeto e alunos voluntários desta instituição tendo como foco a organização do acervo. Desse modo, o objetivo deste trabalho, é demonstrar a importância, as dificuldades e os benefícios observados ao se promover uma gestão documental em uma instituição de arquivo permanente tomando como exemplo a organização do acervo arquivístico da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba.

**Palavras-chave:** Arquivo. Gestão documental. Preservação.

### 1 O ARQUIVO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA PARAÍBA

De acordo com a Lei dos arquivos (Lei 8.159/91), a gestão documental é o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes às atividades de produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

O acervo existente no Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba é entendido como um acervo permanente, ou seja, aquele que já cumpriu suas atividades administrativas, mas por conta de seu valor de prova, foi recolhido pela instituição e transformou-se, com o passar dos anos, em um importante instrumento de pesquisa para o conhecimento da história da Paraíba. Sendo assim, estes documentos devem passar por um processo de gestão documentária diferenciado das duas primeiras fases, mas necessário para assegurar sua preservação.

Para que possamos compreender o seu potencial informativo, é necessário situá-lo dentro de seu contexto histórico, demonstrando a relação existente entre a história da instituição (a Santa Casa de Misericórdia da Paraíba) e as atividades exercidas por ela em prol dos habitantes da província durante o século XIX e XX.

Desde a sua criação, a Santa Casa de Misericórdia da Parahyba do Norte teve grande importância para a sociedade paraibana colonial e imperial e republicana. Fundada pelo particular<sup>1</sup> por Duarte Gomes da Silveira<sup>2</sup> no século XVI, acabou se transformando em uma instituição fundamental de assistência pública atuando como núcleo de poder local e acumulando diversas obrigações de caridade.

Entre as atividades desenvolvidas durante o século XIX e XX, a Santa Casa de Misericórdia foi a responsável por diversos serviços que iam desde o atendimento médico prestado pelo seu Hospital de Caridade, localizado no centro da capital paraibana, ao acolhimento de órfãos, pedido de esmolas para os presos, serviço de funeral e enterramento dos habitantes da província, realizações de missas e organização de procissões e a manutenção de um Asilo para alienados. Estas atividades estavam divididas em mordomias<sup>3</sup>, ou seja, “setores de caridade” administrados pelos mordomos escolhidos pelo provedor<sup>4</sup> da instituição.

O Hospital de Caridade da Santa Casa, cujo nome oficial é Hospital de Santa Isabel, funcionou até 1914 aos fundos da Igreja da Misericórdia, no centro da capital, sendo transferido nesse mesmo ano para um prédio construído em uma região mais afastada do

<sup>1</sup> Quando foi fundada a cidade de Nossa Senhora das Neves (atual João Pessoa em 1585) muitas das primeiras edificações foram construídas com recursos oriundos de pessoas de posse. Foi o que aconteceu com Duarte Gomes da Silveira. Com recursos próprios, fundou a Igreja da Misericórdia e outras edificações na cidade.

<sup>2</sup> Duarte Gomes da Silveira, filho de portugueses, foi um dos povoadores mais antigos e consideráveis da Capitania da Paraíba. Aqui chegou acompanhado do ouvidor – mor Martim leitão e de outros colonizadores nas primeiras expedições destinadas à conquista da Paraíba. Contraiu núpcias com D. Eugenia Tavares, filha do governador João Tavares tendo vários filhos. Em 1637 instituiu um morgado com seu conjunto de bens reunidos em torno da Capela do Senhor do mundo, da qual determinava em clausula a proibição da venda ou alienação de quaisquer bens vinculados à capela e que qualquer herdeiro sangue do instituidor que atentasse contra o patrimônio da referida capela perderia a instituição do morgado, cujo cargo passaria para o herdeiro sucessor imediato. Com sua morte, os filhos acabaram vendendo esses bens sobrando poucos deles que passaram a ser administrados pela Santa Casa de Misericórdia da Paraíba.

<sup>3</sup> De acordo com os relatórios dos provedores da Santa Casa da Parahyba, na segunda metade do século XIX, as mordomias se dividiam, com pequenas variações de provedorias em: hospital; expostos ou órfãos; cemitério; presos; pensionistas ou esmolados; patrimônio; dívidas ativas e passivas e receita e despesas.

<sup>4</sup> Membro da elite da província que assumia o cargo de comando da Santa Casa de Misericórdia. Não recebia salário em troca de seu serviço mais conseguia bastante prestígio perante a sociedade da época. Esta era o único cargo que não poderia ser ocupado por alguém de sangue mestiço, indígena ou semita, ou que possuísse filhos ou cônjuge nesta situação.

centro urbano conhecida como sítio da Cruz do Peixe<sup>5</sup> onde em anos anteriores já funcionou um Hospital para variolosos e o Asilo para abrigar doentes mentais.

A história das atividades realizadas pelo Hospital de Santa Isabel se encontra impressa em diversas tipologias documentais que atualmente fazem parte do seu Arquivo localizado no primeiro andar da Igreja da Santa Casa de Misericórdia, no centro de João Pessoa sendo composto basicamente por documentos pertencentes ao século XIX e XX. A documentação anterior ao século XIX não existe mais. Apesar de Wilson Seixas (1987)<sup>6</sup> afirmar que a fundação da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba remonta o século XVI, os documentos gerados por sua administração no cotidiano de suas atividades voltadas para o atendimento da população paraibana foram se perdendo com o passar dos séculos por conta da destruição causada pela invasão holandesa durante o século XVII e pela ausência de métodos de preservação, levando esta documentação a sofrer o ataque de insetos ou a se fragmentar com a ação do tempo.

No segundo semestre de 2014 teve início no arquivo da Santa Casa o Projeto *Arquivo da Santa Casa de Misericórdia: organização e preservação*, coordenado pelos professores da UEPB Nereida Martins (doutoranda) e Josemar Henrique (doutor) com o auxílio de estagiários do projeto e alunos voluntários desta instituição tendo como objetivo a organização do acervo através de atividades que promovam a classificação, organização e preservação dos documentos com vistas a uma melhor disponibilização destas informações a pesquisadores diversos, tanto de forma física, como também, através de um site de pesquisa.

Portanto, este trabalho tem como objetivo demonstrar a importância desse Projeto para a organização e preservação das informações existentes nos documentos do Arquivo da Santa Casa da Parahyba, principalmente aquelas que estão ligadas a memória hospitalar da instituição guardando informações importantes (e ainda não conhecidas) sobre as atividades realizadas pelo Hospital de Caridade durante a segunda metade do século XIX e início do século XX. Do mesmo modo, pretendemos demonstrar as dificuldades enfrentadas pelos colaboradores e os benefícios observados durante o Projeto ao tentar promover uma gestão

<sup>5</sup> O bairro da Cruz do Peixe é uma área de João Pessoa onde atualmente fica localizado o hospital Santa Isabel, construído em 1914. O nome Cruz do Peixe surgiu por ocasião de naquela localidade funcionar o ponto de encontro dos “pombeiros” (atravessadores) que ficavam em Tambaú onde hoje é a feira do peixe. Estes vendedores desciam as ruas com a mercadoria pendurados nos “calãos” (hastes de madeira) onde prendiam dois balaios para oferecer à burguesia e a aristocracia das ruas Nova (atual General Osório), Direita (atual Duque de Caxias) e da Areia, que na época se chamava Barão da Passagem. (COELHO FILHO, 1977: 158).

<sup>6</sup> Embora não existam documentos que permitam precisar a data de construção desta Igreja, o historiador Wilson Nóbrega Seixas chama atenção para algumas fontes documentais que sugerem a existência da Igreja ainda no século XVI, em especial, a ata da Primeira Visitação do Santo Ofício à Paraíba, de 1595 (registrada e transcrita por Eduardo Prado em 1925) que situa a “igreja da misericórdia” na rota da procissão solene que abriria os trabalhos inquisitoriais.

documental em uma instituição de arquivo permanente como o Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba.

## **2 GESTÃO DOCUMENTAL: INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO**

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (BRASIL, 2004, p. 100), a gestão de documentos é definida como:

Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento. Também chamado administração de documentos.

Sob a ótica do dicionário citado, a gestão documental está intrinsecamente relacionada aos procedimentos técnicos que ocasionam a facilitação e o aprimoramento da atividade arquivística.

Com o passar dos anos, podemos observar que o progresso oriundo das técnicas utilizadas para promover a gestão documental em instituições que guardam arquivos permanentes está cada vez mais vinculado à memória, gerando debates e preocupações em torno da criação de mecanismos legais que possam garantir ações contributivas de preservação como a elaboração e o desenvolvimento de projetos voltados para resguardar a memória existente em documentos de guarda permanente.

Os profissionais da informação entendem que a gerência documental se faz cada vez mais indispensável, uma vez que existe a necessidade do acesso rápido à informação, tanto pelo produtor como pelo usuário externo. Por conta disso, a gestão documental torna-se primordial para assegurar o ciclo vital arquivístico, intervir em perdas históricas e preservar a memória.

Mas, infelizmente, essa preocupação com a preservação das informações esbarra quase sempre em interesses particulares, ou de um pequeno grupo que se encontra em esferas superiores, causando assim o adiamento, ou mesmo a negação de ações capazes de manter a memória arquivística viva em nosso país e com o acesso aberto a todos os cidadãos que dela necessitem. Segundo Tomáz (2010, p. 4),

esse preservar da memória não está ligado apenas à conservação de relíquias antigas ou edificações, mas também à preservação de toda uma história, todo um caminho percorrido pela sociedade, desde seus tempos mais remotos até aos dias de hoje, interligando-os pela sua importância nesse processo de contínuo movimento e constante transformação.

Ressaltamos que o acesso a determinados documentos, como as fontes primárias constituídas por documentos existentes em arquivos permanentes, conhecidos popularmente como documentos históricos, é fundamental para o entendimento do passado, e a melhor base para se fazer a leitura crítica e particular da história. Quando esses registros são inexistentes, por conta de fatores ligados a ausência de mecanismos de preservação, destruição proposital ou perda de informações por conta de uma gestão inoperante, a construção da identidade ou memória social de um povo se perde na linha do tempo. Para Bernardes e Delattore (2008, p. 6),

ao fazer gestão documental não estamos nos preocupando somente em atender aos interesses imediatos do organismo produtor, de seus clientes ou usuários, mas estamos nos assegurando que os documentos indispensáveis à reconstituição do passado sejam definitivamente preservados. Aliado ao direito à informação está o direito à memória.

Ao ressaltar a importância da gestão de documentos para a memória não estamos nos detemos apenas a uma determinada instituição, apesar de usar uma como exemplo. O que buscamos demonstrar é que o passado é história tanto para pessoa física como para pessoa jurídica.

Para Nora (1993, p. 7) os grupos sociais trazem uma mudança profunda na relação tradicional com o passado. O autor afirma que uma das questões significativas da cultura contemporânea se situa justamente na intersecção entre o “respeito ao passado (seja ele real ou imaginário) e o sentimento de pertencimento a um dado grupo; entre a consciência coletiva e a preocupação com a individualidade; entre a memória e a identidade.” (NORA, 1993, p. 9).

Desse modo, as relações de identidade de um indivíduo perpassam o seu contexto histórico e, pode ser apresentado através das suas ações. Sendo assim, os arquivos constituem espaços de memória, ao mesmo tempo em que sua organização se dá em função da representação de um indivíduo. Considera-se que o arquivo possui uma função social no espaço que ocupa, constituindo-se em fonte inesgotável para pesquisas, sejam elas acadêmicas e científicas ou não. Pelas referências que ele mantém, é atribuído à noção de

guarda cultural, que está diretamente ligada a uma busca pela comprovação identitária, que é construída pela manutenção da tradição no passado.

Por conta disso é que a gestão documental ganha um papel tão fundamental dentro das instituições que mantêm arquivos de ordem permanente, pois é ela que vai ser capaz de promover a organização dessas informações e a disponibilidade das mesmas para o usuário/pesquisador que delas necessite. Sem falar que uma gestão de documentos eficiente também deve ser capaz de abarcar o cuidado com os documentos que se encontram em risco. Por isso, uma de suas atividades mais importantes, consiste em promover a restauração de documentos tentando salvaguardar o maior número de informações possíveis no suporte deteriorado. Por conta disso, Silva (2005, p. 3) afirma que:

preservar significa prover intervenções técnicas, científicas e políticas, de tal forma que a informação registrada em qualquer suporte material tenha permanência e durabilidade e possa ser acessada física e logicamente, de forma contínua e pelo maior tempo possível.

O Projeto *Arquivo da Santa Casa de Misericórdia: organização e preservação* teve início em meados de 2014, como forma de tentar preservar as informações ainda existentes no Arquivo da Santa Casa. Vale lembrar que a situação do arquivo dessa instituição na Paraíba, se comparada com a de outras Santas Casas espalhadas pelo Brasil, ainda pode ser considerada satisfatória. Dizemos isso por que em contato com pesquisadores de outros Estados, a situação relatada dos acervos da Santa Casa de suas regiões não é das melhores. Muitos documentos já foram perdidos nas diversas mudanças de lugares desses arquivos. Isso, quando a documentação não era destruída de forma proposital, e pasmem, com a anuência dos próprios dirigentes dessas instituições, com o intuito de abrir espaço no local onde antes o caos arquivístico perdurava com montanhas e montanhas de documentos acumulados em salas úmidas e cheias de insetos. Em uma conversa com uma pesquisadora/professora da universidade de Teresina, no Piauí, que estuda a situação dos doentes mentais tratados pelo antigo hospital da Santa Casa de sua região, pudemos constatar esse fato: ao procurar documentos no Arquivo Público da sua cidade sobre a Santa Casa, pois a mesma já fazia anos que não guardava essa documentação, a pesquisadora teve a infeliz surpresa de, depois de dias requerendo os documentos, ter recebido em suas mãos uma caixa, que segundo a atendente do arquivo, era toda a documentação hospitalar que restava da instituição.

O acervo documental existente na Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, ao contrário desse caso, possui uma grande quantidade de tipologias documentais do século XIX e XX, muitas delas ainda não pesquisadas por historiadores locais e nacionais. Desse modo, ainda existe uma gama muito grande de informações importantes, principalmente sobre as atividades hospitalares que a Santa Casa de misericórdia da Paraíba exercia para com os moradores da província/Estado da Paraíba que ainda não é conhecida.

As primeiras atividades realizadas pelo Projeto *Arquivo da Santa Casa de Misericórdia: organização e preservação*, se concentraram no conhecimento do arquivo, por isso foram implementadas ações de classificação da documentação para se ter uma ideia básica da tipologia documental com a qual os estudantes e professores estavam lidando. Para isso, foram utilizadas fichas de identificação para classificar os documentos. Nessa tarefa, os alunos voluntários foram divididos em grupos de acordo com sessões. Assim, existia um grupo que se concentrava na classificação dos relatórios de provedoria, outro que cuidava das atas administrativas, outro responsável pelos ofícios, outro pelos livros contábeis de receitas e despesa ou bens da instituição e assim por diante.

Como o processo de organização de um arquivo deve levar em consideração o seu contexto de produção, sobretudo daqueles provenientes de instituições extintas ou, como a Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, com uma história tão longa buscamos, durante o decorrer do projeto, estudar a instituição e as modificações administrativas ocorridas no decorrer do tempo, pois entendemos ser de fundamental importância essa ação para identificar a produção documental.

Inerente ao trabalho arquivístico, também foi mantido em atuação um grupo de pesquisa e investigação histórica, responsável pelo levantamento e estudo das referências bibliográficas mais pertinentes, tanto da historiografia quanto da arquivística, específicas ao tema das Santas Casas. Dada a escassez de trabalhos sobre a instituição paraibana, a própria documentação presente no arquivo (em especial, relatórios e compromissos) serviria nesse caso, de base para a conformação de sua história administrativa. Portanto, ao mesmo tempo em que seria aplicado o tratamento arquivístico no conjunto documental, os estagiários e voluntários estariam estruturando a história administrativa da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba com o objetivo de auxiliar a organização do acervo, esperando ainda contribuir com a historiografia que aborda esse tema.

Nesse primeiro momento, pudemos observar as primeiras dificuldades do trabalho. Por se tratar de uma atividade voluntária de alunos de um curso em andamento, raramente existia a assiduidade de todos. Muitas vezes, o arquivo passava dias sem a presença constante



da quantidade necessária dos alunos, pois os mesmos estavam ocupados com os estudos, trabalhos e provas de final de período. Do mesmo modo, os professores também tinham de dar conta de suas atividades na universidade e se desdobrarem para poder estar presentes na orientação das atividades do arquivo. Vale lembrar também que, sem um devido patrocínio financeiro das autoridades governamentais, o material utilizado para realizar as atividades mais básicas no arquivo, na grande maioria das vezes, saía do bolso dos alunos e, principalmente, dos professores do projeto.

Em 2016, mesmo com o andamento lento do Projeto, este ganhou um novo fôlego. A professora Nereida tornou-se oficialmente a responsável pelo Arquivo, transformando-o assim em um Projeto de Extensão da Universidade Estadual da Paraíba e possibilitando a incorporação de novos estudantes. Estes se organizaram para arrecadar capital para a compra de novos materiais básicos como máscaras, luvas, álcool em gel, lápis grafite e folhas de ofício. Para isso, realizaram uma feira de livros durante eventos de Arquivologia ocorridos no turno da manhã e da noite na UEPB. Além disso, alguns alunos de Arquivologia e História da instituição privilegiaram temas ligados ao Arquivo da Santa Casa da Paraíba em seus trabalhos finais de graduação e mestrado contribuindo para uma maior visibilidade do acervo.

Durante algumas disciplinas ministradas pelos professores coordenadores do Projeto, foram realizadas visitas guiadas com as novas turmas de arquivologia da UEPB no interior da Igreja e do arquivo da Santa Casa, despertando assim o interesse de novos colaboradores para a organização e difusão do acervo. Isso mostra outra parte importante do trabalho de preservação de um arquivo: a divulgação de seu acervo, criando a conscientização da importância de sua existência para as futuras gerações através de ações que dessem uma maior visibilidade ao mesmo. Ou seja, quanto mais o acervo de determinada instituição é conhecido pela sociedade, mais ele é incorporado na memória coletiva, no dia-a-dia dos moradores de sua localidade, se familiarizando com os indivíduos de quem guarda a história e encontrando nestes, quem defenda sua preservação.

Por isso, lembramos da importância e da necessidade de um trabalho de gestão documental realizado na Santa Casa da Paraíba, pois a documentação disponível no referido arquivo favorece a compreensão das relações entre inúmeras variáveis sociais locais (cultura, religiosidade, política e economia). E estas não devem jamais ser diminuídas em sua riqueza elucidativa por se tratar de “papelada” administrativa já que podem expressar, para além das vontades dos escrivães, os elementos de uma sensibilidade coletiva. Segundo Bellotto (2006, p. 27),



[...] a história não se faz com documentos para serem históricos [...] se faz com uma infinidade de papéis cotidianos, inclusive com o dia-a-dia administrativo, além de fontes não governamentais. As informações rastreadas viabilizarão aos historiadores visões gerais ou parciais da sociedade.

Após a classificação das tipologias e a inserção de algumas informações em banco de dados, o trabalho voltou-se para a transcrição das informações existentes nos documentos ainda manuscritos do acervo. Esse trabalho será melhor relatado no próximo tópico como forma de mostrar a importância dessa atividade em documentos permanentes, fazendo uso dos métodos paleográficos com o objetivo de preservar a informação existente em suportes frágeis ou em processo de deterioração.

### **3 O TRABALHO DE TRANSCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS DO SÉCULO XIX**

De acordo com Silva e Oliveira (2014, p. 5), "a memória possui uma relação de diálogo e sociabilidade com o passado; no entanto, ela é transposta em uma representatividade informacional, de forma a garantir o acesso e uso pelo usuário".

Com a utilização da escrita, o homem passa a delegar a um documento a validade de suas ações, transcrevendo para este seus atos, suas vontades e seus desejos, construindo assim uma forma de comunicação compreendida por todos que a ele tiverem o acesso. Sendo assim, o conteúdo informacional de uma instituição, construído ao longo de suas atividades administrativas, ganha forma ao ser inserido em suportes que mais tarde, passarão a comprovar a validade dos atos engendrados por seus administradores e colaboradores. Desse modo, atas de reuniões, ofícios, livros contábeis, relatório de atividades, entre outros, passam a formar o registro substancial de sua memória como elemento pertencente a um universo administrativo: o Estado.

"Com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental." (RICOEUR, 2007, p. 170). Desse modo, os relatórios de provedoria, ofícios, atas administrativas existentes no arquivo da Santa Casa guardam a memória dos serviços hospitalares prestados pela instituição.

Os relatórios de provedoria, por exemplo, eram produzidos pelos dirigentes da instituição em cada ano completado de sua gestão (que normalmente durava dois anos

podendo ser prolongada em eleição dos membros da Mesa Administrativa e da Junta Definitória<sup>7</sup>) a frente da Santa Casa.

Nesses relatórios, podemos encontrar informações relevantes sobre o trabalho realizado pela administração da Santa Casa. Dividido em sessões, eles abarcam a movimentação do Hospital de Caridade, os enterramentos no Cemitério Público do Boa Sentença a partir de 1855 (data de sua fundação), o acolhimento e cuidado dispensado as crianças abandonadas na roda dos expostos, as atividades eclesiais da Igreja da Misericórdia, o trabalho de assistência com os presos da província, assim como as receitas e despesas da instituição e seu patrimônio material composto pelos bens que sobraram do morgado da família de Duarte Gomes da Silveira, seu fundador, e das doações recebidas em vida ou por via de testamento de pessoas falecidas pertencentes a famílias tradicionais da província. A maioria desses documentos correspondentes ao século XIX se encontra manuscrita.

Fazendo o diagnóstico dessa documentação, podemos observar que muitos se encontram com seu suporte fragilizado por conta da ação do tempo ou do ataque de insetos e fungos. A tinta que delinea as informações no papel também tem prejudicado o estado do mesmo, pois, como o passar dos anos, se tornou corrosiva, causando assim a fragmentação do suporte. O manuseio frequente de usuários sem nenhuma orientação e a falta de vigilância para com o acervo também trouxe um grande risco a essa documentação. A acidez existente no suor das mãos desses usuários (que na maioria das vezes não utilizavam luvas para manusear os suportes) comprometeu de algum modo, o estado de conservação. Alia-se a isso, a falta de um profissional responsável pelo controle do acesso dos usuários ao arquivo. Durante o trabalho foi possível notar a falta de alguns documentos ou partes deles, provavelmente levados de forma ilícita por seus “pesquisadores”. Seja como for, compreendemos que essas pequenas ações tem um impacto profundo na preservação da memória documentária da instituição.

Para salvaguardar as informações existentes nos documentos que se encontram manuscritos e ainda legíveis, os professores, juntamente com os estagiários e voluntários, deram início ao trabalho de transcrição desses documentos com o objetivo de digitar essas informações, digitalizar os originais e disponibilizá-los em um site de pesquisa para facilitar o

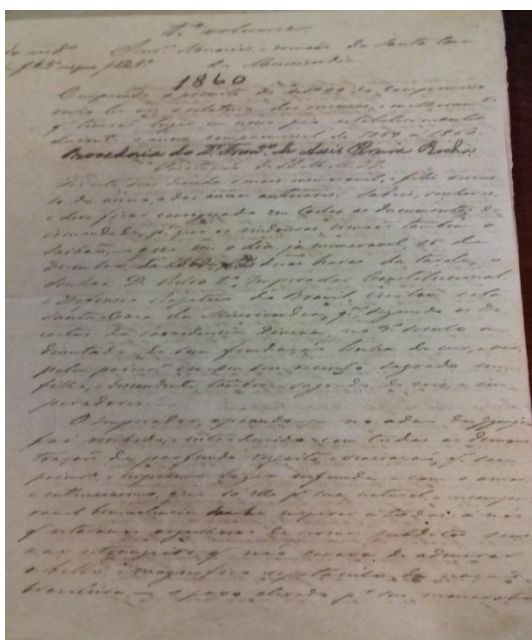
<sup>7</sup> A Mesa administrativa era responsável pelo governo e pela administração da instituição. A Junta Definitória cuidava da superintendência e da fiscalização geral. Segundo o capítulo V do compromisso da instituição, estas duas não podiam tomar resoluções contrárias as disposições da Santa Casa, ao ensino e doutrina do cristianismo, e às leis canônicas nem ir contra as leis federais, estaduais e municipais. Se isso ocorresse, poderiam responder civil e criminalmente os mesários e definidores que compunham tais delegações por conta de seus votos.

acesso a um número maior de usuários. Desse modo, a atividade abarcaria tanto a disseminação dessas informações por meio digital, facilitando assim o acesso de diversos usuários, como também possibilitaria a preservação desses suportes fragilizados ao diminuir o seu manuseio pelos usuários que visitam o arquivo e que antes tinham apenas o caminho físico deste para entrar em contato com os documentos.

Um dos documentos existentes no acervo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba que demonstra a importância da preservação desses suportes é o relatório do Provedor Francisco de Assis Pereira Rocha de 1860. Nele, o provedor descreve a visita do Imperador D. Pedro II à igreja e ao Hospital de Caridade da instituição em 25 de dezembro de 1859 durante sua passagem a terras parahybanas.

Foi este o mês mais memorável, e feliz sucesso do anno, e dos anos anteriores. Sabeis, senhores e deve ficar consignado em todos os documentos da irmandade, para que os vindouros irmãos tambem o saibão – que em o dia, já memorável, 25 de dezembro de dezembro de 1859, as duas horas da tarde, o senhor D. Pedro 2º Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, visitou esta Santa Casa da Misericórdia, quão segundo os decretos da Providencia Divina, no 3º século adiantado de sua fundação tinha de ver, e viu, pela primeira vez em seu recinto sagrado um filho, e descendente também sagrado de reis, e imperadores (ROCHA, 1860, p. 1).

**Figura 1:** Relatório de Provedoria



Relatório do Provedor da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba Francisco de Assis Pereira Rocha de 1860. Fonte: Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba.

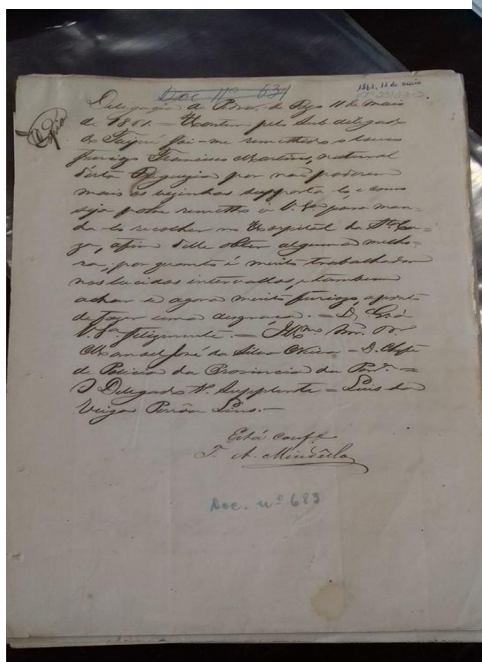
O imperador, após passar pela capela de São Salvador, dentro da igreja para “render graças ao todo poderoso”, seguiu para o hospital ao lado. Subindo ao prédio, teve acesso as enfermarias e repartimentos as quais observou possuírem pequenas dimensões. O relatório mostra que internados nestas dependências existiam apenas duas pobres enfermas que “enlevadas durante a visitação imperial, não sentiram seus sofrimentos (padecimentos) e também eram felizes”. A visitação de vossa majestade acabou com a promessa de um donativo que seria deixado para a instituição com instruções precisas de ajudar na ampliação das enfermarias. O provedor ficaria então incumbido

de realizar “tão grande missão” que seria atender a vontade do imperador. Dois dias depois, a

Santa Casa recebia também a visita da imperatriz pela manhã. Esta não chegou a visitar as enfermarias do hospital “por ser já tarde e andar a pé”.

Dois anos antes, o mesmo provedor já tinha descrito em seu relatório de 1858, uma reforma que havia ocorrido nas dependências do Hospital de Caridade com a finalidade de promover uma melhor estrutura para o atendimento hospitalar realizado por aquela instituição aos moradores da Parahyba, visto que em 1856, a província teria recebido a visita de um

Figura 2 – Ofício de internação



Ofício com pedido de internação para alienado enviado pela Delegacia de Polícia da Parahyba em 11 de maio de 1861.

Fonte: Arquivo da Santa Casa de Fonte: Misericórdia da Parahyba.

hospede bastante indesejado: a epidemia da Cólera morbus, doença contagiosa que havia ceifado a vida de mais de 10 mil moradores da província, despertando o medo provocado pela teoria do miasma<sup>8</sup>.

Outro tipo de documento também bastante importante para o entendimento da memória institucional da Santa Casa são os ofícios. Estes revelam as relações existentes entre a instituição e os demais órgãos do governo provincial da Parahyba durante o século XIX, com os quais a Santa Casa mantinha contato administrativo frequente. Na sua maioria relatam pedidos de entrada de estrangeiros em solo brasileiro como o atendimento destes no Hospital de Caridade, pedidos de devolução de crianças acolhidas pela instituição por mães arrependidas de seu abandono na roda dos expostos

ou permissão para o envio de alienados (pessoas com distúrbios mentais) para serem recolhidos e tratados pelo Hospital de Caridade. Estes últimos pedidos, normalmente, chegavam pelas mãos da Delegacia de Polícia da Parahyba tendo muitos desses alienados sob sua custódia, internados nas prisões da capital e do interior.

<sup>8</sup> Trata-se de uma crença médica, bastante difundida no século XVIII, de que o ar tinha uma influência direta sobre o organismo dos seres. Os miasmas seriam resultantes da matéria orgânica em decomposição, sendo também identificados com os gases provenientes da decomposição de cadáveres em putrefação. Daí uma série de discursos e medidas enfatizando a necessidade de construírem-se cemitério fora das cidades, mantendo a qualidade dos ares que circulam e garantindo sua salubridade. (DA SILVA, 2016). Além disso, o Hospital de Caridade era visto como um foco de doença frequente por conta de sua estrutura bastante castigada. Sobre o assunto ver: FOUCAULT, Michel. A microfísica do poder. 12ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p.83-90.

Como podemos notar, essas informações servem de base para o estudo histórico da província da Parahyba durante o período imperial. Nelas, podemos observar elementos importantes para a compreensão do contexto histórico do período e as relações de poder existentes dentro da sociedade paraibana da época. Por isso, podemos concordar com Le Goff (2003, p.35) quando ele afirma que “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.”

Contribuir para a preservação dessas informações existentes na documentação do acervo da Santa Casa, é o principal objetivo do trabalho desempenhado pelos professores e pelos estagiários e voluntários do Projeto. Com atividades que abarcam a organização, classificação e restauração dos documentos existentes no acervo, parte-se então para a disponibilização dessas informações em um site de pesquisa, contribuindo assim para a facilitação do acesso à memória hospitalar da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba a pesquisadores que trabalham com o tema e a todos que se interessem pelo patrimônio documental de nosso Estado.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A preservação e valorização do patrimônio histórico, artístico e cultural de determinada sociedade está diretamente relacionada à possibilidade de acesso à memória social e histórica, direito de todos os grupos humanos. Tudo aquilo que resiste, ressalta ou permite o desvelar histórico de determinada época, compõe o conjunto patrimonial que exerce a função de referencial ou ponto de “intercomunicabilidade” entre gerações em meio ao fluxo temporal inexorável (SILVA, 2016, p. 7).

Desse modo, entendemos que patrimônios documentais são parte fundamental de uma herança social, testemunhos vivos de diferentes fases vividas pelos grupos sociais. Sua preservação é atualmente entendida como um dever do Estado e um direito de toda comunidade. De acordo com o artigo 216 da Constituição Federal de 1988, o Patrimônio Histórico e Cultural brasileiro se constitui de “bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.” (BRASIL, 1988, p. 138).

Sendo pessoa jurídica de direito privado, a Santa Casa de Misericórdia da Paraíba foi tombada pelo IPHAN como patrimônio histórico nacional desde 1938, mas, no entanto, sofre com a ausência de iniciativas que visem preservar e proteger seu patrimônio documental e ao

mesmo tempo carece de recursos para fazê-lo com seus próprios meios. Como vimos, não só o seu patrimônio arquitetônico, como também o seu riquíssimo acervo documental, forma um conjunto de extrema importância para a construção e entendimento da memória local de forma que não pode continuar a ser negligenciado.

O Arquivo que o Projeto pretende recuperar e reorganizar reflete a estrutura da instituição podendo através dele, compreender o desenvolvimento, atuação, consequências e limites dos serviços prestados pela instituição aos habitantes da província. Por conta disso, vemos que é de fundamental importância que intervenções sejam feitas para que todo o seu potencial informacional e histórico não se perca com os passar dos anos devido à fragmentação do acervo.

Por conta disso, o Projeto *Arquivo da Santa Casa de Misericórdia: organização e preservação* surge como uma esperança de manter vivo e em funcionamento este acervo documental que guarda a história de seu Estado, através de uma gestão documental que seja capaz de organizar e preservar sua memória, promovendo assim, o aproveitamento do potencial informacional que ele possui, tão precioso para a presente e futuras gerações.

### **THE APPLICATION OF DOCUMENTARY MANAGEMENT IN PERMANENT ACCOUNTS: ORGANIZATION AND PRESERVATION OF THE INSTITUTIONAL MEMORY OF THE HOLY HOUSE OF MISERICÓRDIA DE PARAÍBA**

#### **ABSTRACT**

Through its charitable sectors, the Santa Casa de Misericórdia of Paraíba promoted the greater part of the hospital, funeral and religious assistance to the inhabitants of the State, from the beginning of the foundation of the province. Its history is printed on the documents belonging to its archives in the center of the capital of Paraíba and composed of manuscript and printed textual documents, maps and photographs and images, thus keeping important information about its work in the province during the 19th and 20th centuries. In this environment, since 2014, the Santa Casa de Misericórdia Archive Project has been underway: organization and preservation, coordinated by UEPB teachers Nereida Martins (doctoral student) and Josemar Henrique (doctor) with the help of project trainees and volunteer students of this Institution with the objective of organizing the acquis. Thus, the objective of this work is to demonstrate the importance, difficulties and benefits observed when promoting a documentary management in a permanent archive institution, taking as an example the organization of the archival collection of the Santa Casa de Misericórdia of Paraíba.

**Keywords:** Archive. Document management. Preservation.

#### **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da arquivologia. **Encontros Bibli**, v. 18, n. 37, p. 61-82, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p61>. Acesso em: 15 maio 2017.

BELLOTO, Heloísa Libere. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.



BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. **Gestão documental aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008.

BRASIL. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei Nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)>. Acesso em: 15 maio 2017.

BRASIL. Constituição (1891) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm)>. Acesso em 15 maio 2016.

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória**; tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 2003.

NORA, Pierre. **Entre história e memória: a problemática dos lugares**. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em 17 maio 2017.

RICOEUR, Paul, 1913. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas. São Paulo. SP. Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Francisco D'Assis Pereira. **Relatório da Provedoria da Santa Casa em 2 de julho de 1858**. Parahyba do Norte: Typ, 1860.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **Santa Casa da Misericórdia da Paraíba 385 anos**. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1987.

SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da. OLIVEIRA, Bernardina Juvenal Freire de. Mnemosyne Infor-comunicativa: a possibilidade axiomática da construção de um conceito de memória para a Ciência da Informação. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 1, 2014, p. 135-143. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/17658/10934>>. Acesso: 17 maio 2017.

SILVA, Nereida Soares Martins da. **Santa Casa dos mortos: Ritos fúnebres, misericórdia e relações de poder na Paraíba oitocentista**. Artigo apresentado no II Simpósio Internacional de História das religiões – ABHR e XV Simpósio Nacional da ABHR: História, Gênero e religião: violências e direitos humanos. 25 a 29 de julho. UFSC. Florianópolis – SC, 2016.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **A preservação da informação Arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. IX ENANCIB: diversidade, cultura e políticas de informação. São Paulo – USP. 2008. p. 1-16, 2013. Disponível em: <[enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/view/3062/2188](http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/view/3062/2188)>. Acesso em: 18 maio 2017.

TOMAZ, Paulo Cesar. **A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil**. Fênix- Revista de História e Estudos Culturais, ano VII, v. 7, n. 2, p. 1-12, 2010.